

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Geografia

A produção do espaço e o turismo nos Vales da Pedra e do Matutu –
Aiuruoca/MG

Trabalho de Graduação Individual apresentado
a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Bacharel em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto
Alvarez

Hugo Kenzo Okamoto Marroquini

NºUSP:6840631

São Paulo

Abril/2016

Agradecimentos

Aos moradores dos Vales da Pedra e do Matutu pela receptividade nas durante os trabalhos de campo.

À Isabel pela orientação do trabalho.

Aos amigos e familiares que contribuíram na formação durante o meu percurso na graduação.

Resumo

O presente trabalho procura compreender como se manifesta o processo de urbanização da sociedade, mesmo em áreas de configuração rural. Para isto foi desenvolvido um estudo de caso em dois bairros rurais de Aiuruoca – MG que tiveram o surgimento da atividade turística. Constata-se que novas leis ambientais, especulação imobiliária e mudanças na vida cotidiana se relacionam com o crescimento desta atividade econômica, constituindo assim os pilares da análise que foi realizada para o entendimento da proposição de Lefebvre (1999) de uma urbanização da sociedade.

Palavras Chave: Urbanização; turismo, produção do espaço

Abstract

This study is about understanding how the process of society urbanization occurs, even in rural areas. For this we developed a case study in two rural districts of Aiuruoca - MG that had the appearance of tourism activity. It is noted that new environmental laws, real estate speculation and changes in everyday life relate to the growth of this economic activity, thus constituting the pillars of analysis that was conducted to understand the proposition of an urbanization of society by Lefebvre (1999).

Keywords: urbanization; tourism; production of space

Sumário

Introdução	p.5
Capítulo 1: Apresentação	p.7
Capítulo 2: Produção do espaço turístico	p.22
2.1: Desenvolvimento sustentável	p.23
2.2: O desenvolvimento sustentável no Vale do Matutu	p.25
2.3: Análise das legislações ambientais	p.34
Capítulo 3: Consumo, Lazer e Turismo	p.40
Considerações Finais	p.50
Bibliografia	p.52

Introdução

O lugar do estudo de caso do TGI se localiza na área rural do município de Aiuruoca, inserida na região sul de Minas Gerais, na Serra da Mantiqueira. Pretende-se fazer uma reflexão sobre o processo de urbanização da sociedade, sendo utilizado como recorte espacial uma área rural que têm passado por diversas mudanças a respeito sobre o modo de vida da população, sua morfologia e sobre uso do solo que passa de uma agricultura familiar de subsistência para um polo ecoturístico.

O Censo Demográfico de 2010 do IBGE registrou um fato até então inédito na história do município: Um pouco mais da metade da população, 3123 dos 6162 habitantes, passaram a viver na cidade. No entanto, se nos prendermos a estes dados, limitamos o alcance do processo da urbanização, como também podemos correr o risco de ignorar as mudanças na zona rural de Aiuruoca das últimas décadas, que muito diz sobre o nosso objeto de estudo.

Nas últimas décadas os Vales da Pedra e do Matutu, localizados na zona rural de Aiuruoca, tiveram a chegada de novos moradores, de origem das grandes cidades, acompanhados do surgimento e fortalecimento do turismo. Durante este processo, algumas contradições e conflitos passaram a ocorrer: Um choque das diferenças culturais entre os moradores antigos e os novos; um movimento de emigração por parte dos antigos nas últimas décadas; e o surgimento da atuação das instituições ambientais na região.

Se por um lado a chegada destes novos moradores na zona rural, processo que se iniciou nos anos 70 e continua até hoje, contribui para o aumento da população rural no Censo do IBGE, deve-se ter em consideração o fato de que novas relações no plano do político, econômico e social, surgiram. A análise destas relações será feita para investigar uma tendência apontada por Lefebvre, da urbanização da sociedade (1999).

O estudo da dinâmica destas relações nos três planos citados será o caminho para verificar se tendência da urbanização da sociedade se manifesta na zona rural de Aiuruoca. No plano do econômico se localiza as ações de uma nova elite local que procura fortalecer a atividade turística; o plano do político engloba as ações do Estado na regulamentação da terra, legislações ambientais e políticas de incentivo ao turismo;

o plano social representa as mudanças no cotidiano da população antiga e os fatores que influenciaram a expressiva chegada dos novos moradores e turistas.

Outro elemento que irá ser discutido é o que ilustra a relação entre os planos de análise. Pode-se dizer que nele se localiza a estratégia de ação dos diferentes planos, onde os protagonistas do político, social e econômico atuam conjuntamente. Trata-se da produção do espaço.

As ações do Estado, da elite econômica e a ampla demanda pelo turismo, caminham no sentido de aprofundar a incorporação da zona rural na lógica do valor de troca. A mercantilização do espaço infere na mudança de significado, mas no estudo dos Vales em questão isto ocorre com uma peculiaridade. A beleza natural, composta pelo conjunto de montanhas e cachoeiras, é apropriada pelo setor turístico em aliança com as ações estatais baseadas no discurso do desenvolvimento sustentável. Assim a região permanece com uma mesma morfologia, mas inserida com outra dinâmica na lógica da reprodução de capital.

A partir destes planos de análise e da produção do espaço, o estudo irá procurar confirmar se os Vales da Pedra e do Matutu apontam para a tendência da urbanização da sociedade.



Mapa da localização do município de Aiuruoca no estado de Minas Gerais.

Fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Aiuruoca, acesso em 10 de maio de 2016

Capítulo 1: Apresentação

O estudo sobre a incorporação dos Vales da Pedra e do Matutu, Aiuruoca-MG, no que Lefebvre chama de tecido urbano (LEFEBVRE, 1999), necessita primeiramente de um breve resgate da relação da região com os ciclos econômicos. Para isto, foi utilizado o livro *Aiuruoca: Vale do Matutu e Pedra do Papagaio* de José Pedro de Oliveira Costa. Também recorremos a entrevistas com moradores mais antigos, para desvendar as transformações do local.

A primeira ocupação de Aiuruoca se dá em 1706, em decorrência do ciclo do ouro, quando João Siqueira Afonso descobre as minas de Aiuruoca. Antes disso os colonizadores percorreram a região por conta de conflitos com índios. Não existia a abundância de metais preciosos, e logo que a mina se esgota especializa-se na produção da agricultura de subsistência, como o milho, feijão, abóbora e criação de porcos e galinhas. Parte da produção era comercializada nas estradas que levavam as minas (PRADO, 1942, apud. COSTA, 1994).

No ano de 1822 o francês Auguste de Saint Hilaire percorreu a região, e no diário de viagem relatou a pequena presença de trabalho escravo, devido à maior demanda nas minas. O século XIX marcou a chegada do ciclo do café na região, fato que foi facilitado pela rede de trens. Porém o café teve um ciclo curto, os esgotamentos do solo, entre outros fatores, motivaram a expansão da agricultura de subsistência, atividade que existe até hoje.

A ocupação do vale do Rio da Água Preta (que percorre o vale da Pedra e do Matutu em Aiuruoca) foi estudada por José Pedro de Oliveira Costa com base principalmente na tradição oral, pois a documentação fundiária da região a partir do fim do século XIX é escassa.

José Maciel de Sene, de origem do Rio Grande do Sul, teria sido o primeiro a construir sua casa no vale da Pedra. No ano de 1923 a Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais registra 2 casas da família de Sene na região. Zé Treva foi o único herdeiro das terras do pai, que no futuro foi dividida entre seus 6 filhos.

Sobre a ocupação daquela, época o autor nota que nas encostas baixas do vale a mata é secundária, área que se recupera do cultivo do café. Da época do trabalho escravo existe um muro de pedras na crista da serra, erguido por Sene para impedir a fuga do gado, hoje a área é conhecida como Retiro dos Pedros e é constantemente visitada por turistas.

A partir das primeiras décadas do século XX as informações sobre a estrutura fundiária ficam mais precisas devido ao contato de Costa com os descendentes da família de Sene e outros moradores antigos. Passa a ocorrer a subdivisão de terras por herança e compra e venda entre parentes ou pessoas da região que sobrevivem da agricultura de subsistência. Era comum que um empregado ganhasse a posse da terra de onde morava após um certo tempo de trabalho. Desta época já existia um espaço destinado ao plantio coletivo de próprio uso dos trabalhadores, este local funciona como horta comunitária até hoje.

O ano de 1961 marca o início de um período de isolamento da região. As linhas de trens que passavam por lá desde o fim do século XIX foram fechadas naquele ano, e somente em 1978, com a criação da estrada que liga Caxambu até Juiz de Fora, a região passa a ter maior circulação.

Nos anos 70 a região passa a ser de conhecimento de pessoas das grandes cidades. Naquela época não existia energia elétrica nos vales da Pedra e do Matutu, os moradores eram somente os descendentes das primeiras famílias que ocuparam aquele espaço. O acesso para os vales da Pedra e do Matutu era feito somente por longas caminhadas, até que um mutirão dos moradores possibilitou a abertura de uma estrada de terra que liga os vales até a estrada Aiuruoca-Alagoa. A estrada facilitou um maior fluxo das pessoas de fora, uma vez que os primeiros visitantes chegaram naquela região via uma caminhada de três dias partindo de São Tomé das Letras. Deste município é possível ver o Pico do Papagaio, um afloramento rochoso com mais de 2 mil metros de altura, localizado no Vale da Pedra. Foi por conta deste contato visual que os primeiros turistas tomaram conhecimento da existência dos vales da Pedra e do Matutu em Aiuruoca.

A beleza natural foi o que motivou a chegada das pessoas de fora, estas começaram a fazer ofertas por terrenos e casas dos moradores antigos. Destaca-se que os preços dos imóveis eram baratos perto do poder de compra dos novos interessados de origem metropolitana. Assim se inicia uma nova dinâmica de compra e venda de terras, caracterizada pela comercialização de pequenas áreas.

Os anos 70 marcam também um movimento contrário, registra-se um êxodo rural. O processo se explica pela mecanização da agricultura, pelas mudanças nas leis ambientais e pelas ofertas por terra das pessoas de fora. Conversando com pessoas que se mudaram de lá e retornaram para Aiuruoca já no século XXI, foi possível constatar que o principal destino foi a região metropolitana de São Paulo, dois deles moraram na zona leste da cidade, outros dois nas cidades dormitório da região,

Suzano e Mogi das Cruzes. Entre os entrevistados é muito comum que pelo menos um dos filhos resida atualmente em São Paulo. Todos os entrevistados que se mudaram de lá trabalharam na área da construção civil.

Entre as pessoas que emigraram nos anos 70 e 80 algumas retornaram para Aiuruoca. O retorno não foi fácil devido ao preço inflado das terras e da dificuldade da produção agrícola por conta das novas leis ambientais, que serão objeto de estudo futuramente nesta pesquisa. O motivo pelo desejo de retornar para Aiuruoca ocorreu por conta do descontentamento com a vida na cidade grande.

Segundo Costa, as relações entre os moradores antigos e as pessoas das grandes cidades é relatada como interações guiadas por simpatia. Mas destaca-se que os novos moradores possuem um outro tipo de conhecimento, os tornando mais influentes politicamente na região. Além disto, importam uma agricultura com técnicas mais sofisticadas e relações empregatícias mais próximas da cidade.

Dos novos moradores, José Pedro estudou a chegada dos irmãos Paulo e Cândido que inauguram um espaço para meditação de visão universalista de religião, dialogando com o predominante catolicismo da região. Em 1985 inauguraram uma escola com enfoque na alfabetização de crianças e adultos, temas ambientais, práticas agropastoris e resgate do artesanato. Também com relações próximas com os moradores antigos, o casal Pete e Deby desenvolveram técnicas de uso racional do solo com plantio de espécies de clima temperado.

O estudo de doutorado de José Pedro foi realizado no fim dos anos 80, e problematizava a compra e venda de terras por Guilherme de Melo França pois teria adquirido uma área desproporcional em relação as demais, e loteou pequenas áreas para a construção de casas para pessoas com afinidade religiosa (praticantes do Santo Daime). Ao fim do estudo, mais de 50 pessoas já haviam comprado estes pequenos lotes de Guilherme que seguiu realizando o loteamento no vale do Matutu, proporcionando novas práticas sociais na região, sobretudo o crescimento de ações destes moradores associadas ao chamado desenvolvimento sustentável articulado com um discurso religioso.

A partir dos anos oitenta, deve se destacar também as mudanças na esfera da legislação ambiental. Em 1985 cria-se a APA da Mantiqueira; em 1998 o Parque Estadual da Serra do Papagaio é criado por decreto e, mais recentemente, o Plano Diretor de 2007 realiza o zoneamento do município. Todas essas legislações serão objeto de análise em nosso estudo. Mas no momento pode-se afirmar que estas leis aparecem como um empecilho na reprodução dos moradores antigos enquanto

pequenos produtores rurais, na implementação das leis ocorreu a participação política ativa dos novos moradores da área loteada pelo Guilherme de Melo França.

Além do estudo biobibliográfico para compreender a história recente dos bairros rurais de Aiuruoca, foram realizados no ano de 2014 dois trabalhos de campo, para observação do local, realização de entrevista e coleta de dados.

Os bairros do Vale da Pedra e do Matutu se localizam cerca de 9 e 17km, respectivamente da zona urbana de Aiuruoca. O acesso é realizado por uma única estrada de terra, que passa por todo o vale da Pedra e se encerra no vale do Matutu.



Foto 1: Início da estrada de terra que dá acesso para os Vales da Pedra e do Matutu.
Foto: João Luis Reis Santana



Mapa temático turístico do município de Aiuruoca, os vales da pedra e do Matutu situam-se no sudoeste do mapa. Fonte: www.aiuruocamg.gov.br/turismo/pontos-turisticos, acesso em 10 de maio de 2016.

As conversas com os antigos moradores revelaram que todo este trajeto possuía uma abundância de plantação de milho e feijão, e com grandes áreas destinadas ao uso comum da comunidade para pastagem. Esse era o cenário que era possível descrever até os anos 70, que foi se alterando com a nova dinâmica de terras que se instalou no local, e que se acentuou nos anos 90.

Atualmente, todo o trajeto possui uma vegetação significativa que se consolidou nas antigas áreas destinadas para a agricultura de subsistência. No trecho que a estrada percorre o Vale da Pedra é possível ver diversos anúncios de venda de queijo e de cachaça artesanal, um restaurante (que só funciona em períodos com grande fluxo turístico), além de um camping e uma pousada. Uma leve generalização pode ser feita a respeito dos moradores do vale da Pedra: No sentido da estrada que caminha em direção ao Matutu, é possível ver uma predominância de casas dos moradores antigos no lado direito da estrada, enquanto no esquerdo as casas são de posse de uma população de ocupação mais recente, mais rica e de origem dos grandes centros urbanos. Uma hipótese dessa divisão pode ser formulada a partir da presença do rio da Água Preta (um grande curso hídrico que nasce de uma grande cachoeira ainda no Vale do Matutu e que percorre o vale da Pedra até desembocar no rio Aiuruoca), as quedas d'água devem ter influenciado uma maior especulação imobiliária no lado esquerdo da estrada devido a beleza cênica proporcionada.

Quando a estrada passa a percorrer o bairro do Vale do Matutu (os bairros da Pedra e do Matutu são divididos por um pequeno curso d'água) nota-se algumas mudanças em relação a ocupação do solo. A divisão pela estrada entre uma população de maior poder aquisitivo e uma de menor quase não existe mais, as propriedades em ambos os lados são de moradores mais recentes. As placas de queijo e cachaça dão lugar para anúncios de pousadas e retiros espirituais.

Para os turistas o uso do carro não é mais possível quando a estrada chega no Casarão do Matutu. Esta construção é uma casa da primeira família dona de terra na região, que teve a sua arquitetura preservada, mas com o interior alterado para o atendimento do fluxo turístico. Dentro dela existem materiais em exposição que contam a história da região e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável. A partir daí os carros só são permitidos por moradores da região, trecho recortado por diversas porteiças. Para os turistas são recomendadas visitas no Poço das Fadas e Cachoeira do Fundão, enquanto que o acesso para outras cachoeiras tenta ser restringido por parte dos moradores da área loteada pelo Guilherme, o que é motivo de conflito com os moradores antigos, sobretudo do Vale da Pedra, que reivindicam o livre acesso.



Foto 2: Estacionamento destinado ao fluxo turístico. Foto: Tulio Candiotto



Foto 3: Entrada do Casarão do Matutu. Foto: Tulio Candiotto

Essa região do vale do Matutu necessita uma maior atenção, pois a ocupação do espaço divide-se agora em grupos diferentes. Seguindo o caminho em direção a Cachoeira do Fundão (a que dá origem ao rio da água preta) existem casas de antigos moradores, pousadas, spas e um restaurante. O restaurante pertence a Tia Iracy, antiga moradora da região que hoje se sustenta do fluxo turístico também alugando quartos de sua casa.

Do casarão do Matutu, seguindo um caminho em direção às porções mais altas do vale, observamos uma ocupação que nos chamou a atenção. Trata-se de um grupo de moradores com forte organização política e religiosa, ligados à prática do Santo Daime. Se instalaram no local a partir do grande lote de terras adquirido pelo padrinho do grupo, Guilherme de Melo França.

Mais adiante será discutido com maiores detalhes a formação deste grupo e sua atuação política, mas para o momento é necessário apenas ilustrar a diferenciação sócio econômica dos grupos que habitam os bairros do estudo em questão e das organizações civis que lá se instalam, definindo usos diferenciados do espaço e práticas sócio espaciais também.

Todas estas organizações são administradas por parte dos moradores dos terrenos loteados por Guilherme de Melo França. O Casarão do Matutu é gerido pela Associação de Moradores e Amigos do Matutu (AMA Matutu), que foi criada em 1995 e tem como objetivo fomentar o “desenvolvimento econômico e sustentável na micro bacia do Ribeirão da Água Preta”¹. Atualmente a AMA Matutu emprega o Sr. Lázaro que é responsável pela manutenção do Casarão e por fornecer informações aos turistas.

A AMA Matutu também tem intervenção política, realizou o Projeto para Zoneamento Econômico-Ecológico do Alto Água Preta, em parceria com o IBAMA, SOS Mata Atlântica, Prefeitura de Aiuruoca e Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Próxima ao Casarão do Matutu existe a OCA – Oficina Cooperativa de Arte Artesanal, responsável pela comercialização dos produtos artesanais da região e a Coopera do Matutu, que organiza a compra coletiva de produtos de outras cidades para o abastecimento dos moradores, e também a comercialização de uma pequena variedade e quantidade de produtos dos associados. Com o caráter também econômico a ASCOOMEA (Associação Cooperativa Apícola de Mel de Altitude), promove o manejo apícola em áreas de altitude e gera recursos para a Brigada Anti-Incêndio da Fundação Matutu.

¹ Fonte: Sítio eletrônico da Fundação Matutu: <https://fundacaomatutu.wordpress.com/organizacoes/>



Foto 4: Casa onde funciona a Coopera do Matutu. Foto: Tulio Candiottto

Outras duas organizações civis do Matutu que não possuem sede próxima as áreas de fluxo turístico são a Aldeia da Reserva Matutu e o Centro de Estudos Espirituais Ayahuasca. A primeira organiza a vida coletiva no seu aspecto residencial, na forma de assembleias os moradores decidem desde novos adeptos até regras de convívio, como não utilização de luz externa e não exposição de fiações elétricas.² O Centro de Estudos Espirituais responde institucionalmente pelo uso religioso do Ayahuasca e organiza eventos relacionados a espiritualidade.

Conversando com o Sr. Lázaro (funcionário da AMA Matutu designado ao atendimento de turistas) foi dito que nem todos os moradores da região são associados (inclui cobrança de mensalidade), mas que na opinião dele, todos deveriam se associar por utilizarem os serviços da associação. Ele confirmou também que a associação é composta na sua maioria por moradores que se mudaram para o local depois da criação da AMA Matutu, em 1995.

As mudanças ocorridas na ocupação espaço nos remetem também a uma reflexão sobre a mudança no modo de vida dos moradores antigos que se caracterizava essencialmente pela agricultura de subsistência. Para averiguar a hipótese, algumas entrevistas foram realizadas com pessoas que vivem estão no local

² Fonte: sítio eletrônico da Fundação Matutu: <https://fundacaomatutu.wordpress.com-organizações>

antes e durante as transformações em estudo, e também com as gerações mais novas desta população.

O primeiro conjunto de entrevistas se concentrou na região do Matutu, onde um maior número de moradores antigos se evadiu devido a especulação imobiliária alavancada pelo loteamento de Guilherme Mello de França.

O primeiro entrevistado foi Sr. Altino, possui cerca de oitenta anos e vive no vale do Matutu há mais de sessenta, possui filhos que ainda trabalham na agricultura de subsistência, bem como na forma de “diarista de roça” em algumas propriedades da região; outros filhos vivem em São Paulo.

Quando questionado a respeito das mudanças no cultivo do campo, comentou sobre as dificuldades impostas pela legislação ambiental no trabalho com a terra, como, por exemplo, a impossibilidade de fazer a limpeza do terreno após um certo período de inatividade. Porém, quando foi perguntado a respeito destas leis, mostrou não ter conhecimento de quando passaram a existir ou em que lugar elas constam, também não sabia dizer de que órgão pertenciam as pessoas que ali apareciam para fiscalizar. Deve-se dizer também que assim como outros moradores de mais idade, tem pouco domínio da língua escrita. Sobre as culturas que trabalhava, comenta que no passado a região tinha grande fartura de milho e o feijão.

Diz que não tem problema de vivência com os moradores da área loteada pelo Guilherme de Melo, mas que o costume era não se misturar. Na sua vizinhança existe um restaurante que é administrado por uma moradora que também vive lá desde que nasceu, a Iracy.

Iracy possui dois filhos, um deles de nome Thiago que possui 24 anos. O jovem foi entrevistado e o dilema entre a manutenção dos antigos costumes e inserção na nova realidade do trabalho é bastante presente na sua vida. Thiago é engajado na articulação de conhecimentos adquiridos na escola técnica de agricultura com os conhecimentos de seus antepassados. Com esse olhar, produziu um documentário chamado “Raízes de Aiuruoca” que visa dar visibilidade para o modo que se levava a vida antigamente na região. Atualmente trabalha na horta comunitária do Matutu, espaço que pertencia aos trabalhadores rurais desde o início do século passado. Por outro lado, parte da produção é comercializado com o restaurante de sua mãe para o atendimento do fluxo turístico.

No trabalho de campo também foi realizado outro conjunto de entrevistas no bairro do Vale da Pedra. Como foi dito anteriormente, a estrada simboliza, de forma genérica, uma divisão da origem dos moradores. No sentido que se segue para o

Matutu, ao lado direito estão os moradores antigos e do esquerdo os que se instalaram nas últimas décadas, mas que não possuem relação com o loteamento do Guilherme, no Matutu.

O primeiro entrevistado deste bairro foi Tião Ferreira, que faleceu recentemente próximo aos noventa anos de idade. Um tema bastante abordado foi o trabalho. Disse na entrevista que “os jovens de hoje não gostam de trabalhar, gostam de fazer dinheiro”. A diferenciação entre trabalhar e fazer dinheiro, na concepção de Tião Ferreira, se foca no tipo de ocupação que os jovens têm escolhido no lugar de manter os antigos costumes da agricultura de subsistência. Destaca-se que muitos jovens se mudaram para as cidades, ou os que vivem lá estão empregados no setor de serviços ligados ao turismo.

Tião Ferreira vive da agricultura de subsistência, e como mora sozinho tem o costume de doar o excedente de seus cultivos. Quando perguntado a respeito da sua relação com os moradores que vieram das grandes cidades, disse não ter problema com eles. A não ser por alguns episódios relacionados diretamente com os moradores da área loteada do Matutu pelo Guilherme de Melo França. Chegou a se desentender com eles por conta da instalação de cercas nos caminhos das cachoeiras, que segundo Tião Ferreira, não era justo fechar caminhos no “seu quintal”. Esse conflito também ocorre com alguns turistas que procuram cachoeiras que não constam nos folhetins turísticos, somente as que possuem acesso por propriedades fora deste loteamento, sobretudo no vale da Pedra, como a cachoeira dos Macacos e do Batuque, têm o seu acesso sem restrição por parte dos proprietários.

Outro entrevistado do Vale da Pedra foi o Seu Sebastião, também idoso, acompanhou de perto as mudanças de Aiuruoca. Sobre as mudanças relatadas pelos entrevistados no modo de vida, diz que uma das que lhe faz falta é a extinção dos mutirões. Segundo ele, chegava a reunir cerca de 60 pessoas e que além da ajuda mútua na terra (para limpeza, plantio, abertura de estrada, construção civil), propiciava ótimas festas. Hoje, existem apenas a ademão que é uma espécie de mutirão reduzido. Participam um número bem menor de pessoas e foca mais na limpeza do terreno.



Foto 5: Estrada originada pelos mutirões. Foto: Tulio Candiotto

Ao mesmo tempo que o costume de uma organização comunitária com o uso da terra foi se diluindo em encontros com menos gente envolvida, as festas também tiveram o mesmo destino. Mas deve-se reconhecer que tais hábitos, embora possuam nomes e envolvimento diferente, ainda resistem. No trabalho campo foi possível acompanhar um leilão cujo objetivo é semelhante ao do mutirão. No caso, um jovem estava construindo sua casa no vale do Matutu e precisava de fundos para terminar de construí-la. O leilão foi então organizado pela Associação dos Moradores do Vale da Pedra, e ocorreu em um pequeno bar na beira da estrada. Cerca de 100 pessoas participavam do evento, que contou ainda com um torneio de futebol entre os vales da região do município (Matutu, Pedra, Tamanduá e Cangalha). No leilão eram comercializados os produtos produzidos pelo jovem, como cachaça, queijo e peças de carne.

O último entrevistado é uma liderança política da região. Odilon é filho do Sebastião, nasceu em Aiuruoca e nos anos 90 foi viver na Grande São Paulo. Após alguns anos na região metropolitana quis voltar para a terra natal, onde desde 2011 administra o camping. O entrevistado possui cerca de 45 anos e relaciona a mudança na época com dificuldades no âmbito do trabalho. O retorno a Aiuruoca aconteceu por se cansar das dificuldades que envolve a vida nas grandes cidades, e só foi possível com a renda adquirida na administração do camping. Além dele, muitas pessoas de geração próxima também viveram na zona leste da metrópole paulista e retornaram

para Aiuruoca, outros vivem na cidade grande até hoje, como é o caso de filhos de Tião Ferreira e seu Altino.

A questão da migração seria um dos motivos que levaram a criação da Associação de Moradores do Vale da Pedra, e Odilon é o atual presidente dela. A Associação foi idealizada pelo primeiro morador que veio de fora, que teria como objetivo fazer com que os moradores do Vale da Pedra se organizassem para extrair alguma renda do turismo crescente na região. A Associação foi criada em um período que muitos moradores estavam vendendo suas propriedades para as novas pessoas interessadas na região. Deste modo, o objetivo principal para a criação da associação foi o de proporcionar aos moradores a possibilidade de auferir alguma renda para que permanecessem no local.

Hoje diversos moradores do Vale da Pedra conseguem alguma renda vendendo queijos, cachaça e artesanato para os turistas. Segundo Odilon existem dois modelos de turismo na região: O da AMA Matutu que possui um modelo mais elitizado (é proibido a criação de campings na área do Matutu), e o da Associação dos Moradores do Vale da Pedra que procura levantar uma renda que favoreça a permanência dos moradores tradicionais.

Odilon disse que um dos motivos que levou a criação da associação foi a necessidade de uma organização que pudesse dialogar com as autoridades públicas a fim de incentivar a permanência desses antigos moradores, via uma geração de renda pelo fluxo turístico ou uma mediação com as leis ambientais que proporcionasse a possibilidade de trabalhar com a terra, com o objetivo da subsistência.

Após os trabalhos de campos realizados em Aiuruoca, alguns aspectos a respeito das atividades econômicas da região e dos costumes praticados pelos moradores (antigos e novos) nos remetem a uma hipótese sobre o que têm impulsionado as mudanças (como também a preservação) ali observadas. Trata-se de uma tendência geral da nossa sociedade, que é apontada por Lefebvre no entendimento da formação de uma sociedade urbana (1999), no caso da área rural de Aiuruoca, isto passa pela incorporação da região no tecido urbano.

Sendo assim, para discorrer a hipótese sobre a urbanização dos bairros rurais de Aiuruoca a análise não se construirá a partir dos dados demográficos ou do levantamento de equipamentos que constituem a paisagem da cidade, e sim buscar compreender as práticas sociais que constituem o espaço, a fim de averiguar a hipótese em questão.

Lefebvre aponta uma visão sobre o entendimento do urbano:

“O *tecido urbano* prolifera, estende-se corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano” não designam de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (...). Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à natureza.”. (LEFEBVRE, 1999, p.15)

A noção de tecido urbano nos permite olhar para as mudanças das últimas décadas em Aiuruoca com um questionamento sobre o que elas significam no processo de urbanização da sociedade. O êxodo rural; o fortalecimento das leis ambientais e criação do Parque Estadual da Serra do Papagaio; a transição da agricultura de subsistência para o setor de serviços; o surgimento das pousadas e uma maior dinâmica na compra e venda de terras na região, revelam muitas transformações nas últimas décadas, inclusive o modo de vida das gerações mais novas nos bairros rurais.

Todas essas mudanças se relacionam com processos que dizem respeito à sociedade atual, portanto, aos conteúdos mais gerais da reprodução capitalista. Como apontou Lefebvre (1999) o capitalismo, para sobreviver se assenhorou da produção do espaço, transformando-o em mercadoria, produzindo-o como mercadoria.

No caso estudado, estes conteúdos indicam que o lugar passa a ter um novo significado, mas se aproveitando da paisagem natural modelada durante milhares de anos. Uma atividade econômica que tem por base a paisagem local se impõe como elemento chave deste processo. Trata-se do turismo, mais especificamente, o ecoturismo. Temos então outra hipótese a ser averiguada: O turismo é o agente catalizador do processo de incorporação da região no tecido urbano. Certamente, não podemos negar que a região vivia isolada do modo capitalista de produção ou mesmo de suas relações com a cidade, mas se trata de uma nova relação que se manifesta com outra dinâmica, com ação mais incisiva do planejamento estatal, da valorização de capital e da propriedade imobiliária.

A produção do espaço turístico nos dá elementos para compreender a amplitude da urbanização, onde a apropriação do espaço é a condição para a realização da atividade, o que implica certas consequências à região.

Como foi visto, para que a atividade turística se desenvolva compreende-se como necessidade profundas mudanças no uso e ocupação do solo. Pode-se apontar dois mecanismos, que se relacionam diretamente, para as mudanças: uma maior inserção da terra no circuito da mercadoria (via fragmentação) e uma regulamentação do solo via o planejamento.

A incorporação da região no tecido urbano via a produção do espaço turístico em Aiuruoca passa a ser o estudo que nos ajuda a entender as mudanças da região nas últimas décadas.

Capítulo 2: Produção do espaço turístico

A urbanização da sociedade não significa a supressão do campo, trata-se da mudança de significado dos lugares. Essa questão passa pelo processo de reprodução do capital, que para Carlos ocorre também com a mercantilização do espaço:

“O espaço entra na troca, torna-se mercadoria; áreas antes desocupadas entram na comercialização, posto que ocupadas por novas indústrias, como a da cultura, do turismo e do lazer. ”
(CARLOS, 2007, p.62)

Os mecanismos para sua concretização nas áreas não citadinas passam pela ressignificação dos lugares nos moldes da urbanização. Para a autora a questão se localiza no conflito entre a sociedade urbana, que está se constituindo, e o plano do lugar (o espaço urbano). A imposição ao plano do lugar se expressa pela fragmentação do espaço, a planificação e maior inserção no mundo do consumo.

No modo de produção capitalista, Carlos vê uma instrumentalização do espaço, onde até mesmo as áreas pouco ocupadas são inseridas no processo de comercialização. A dinâmica econômica do turismo consegue impor sua funcionalidade a estas áreas.

“Cada vez mais o espaço é produzido por novas indústrias como aquela do turismo, e deste modo praias, montanhas e campo entram no circuito da troca, apropriadas privativamente, enquanto áreas de lazer para quem pode fazer uso delas. ”
(CARLOS, 2007, p.63)

O estudo de caso dos bairros dos vales da Pedra e do Matutu em Aiuruoca, nos aponta para a mudança de significado da região. Do ponto de vista dos moradores antigos, destaca-se a transição no âmbito do trabalho: antigamente as ocupações se localizavam na agricultura de subsistência; enquanto hoje os adultos trabalham como diaristas de roça ou caseiros para os proprietários da região; outros foram empregados diretamente no setor hoteleiro, incluindo o trabalho como guias turísticos; e ainda uma notável produção de queijos e cachaça para extrair uma renda do fluxo turístico.

Estas mudanças ilustram também uma maior presença do trabalho assalariado, que têm atraído sobretudo as populações mais jovens, que em um aspecto geral da sociedade, mergulham mais facilmente no mundo do consumo.

A configuração espacial também chama a atenção para o processo. Como foi visto no trabalho de campo, o trajeto que segue do Vale da Pedra ao Matutu apresenta

uma distinção das propriedades: as mais próximas do Rio da Agua Preta, onde existem diversas quedas d'águas, são de maior poder aquisitivo, sobretudo dos moradores mais recentes. Enquanto que no lado oposto estão a maioria das casas da população antiga. Chegando mais próximo do Matutu, os hotéis, pousadas e retiros espirituais são dominantes. E finalmente no Bairro do Matutu, existe um loteamento específico do grupo ligado ao culto do Santo Daime, e alguns remanescentes da população antiga.

Esta disposição espacial nos remete a uma questão essencial do modo de produção capitalista: a propriedade privada da terra. Sobre ela escreve Carlos:

“O espaço tornado mercadoria pela generalização do processo produtivo permite a extensão da propriedade privada, englobando espaços urbanos e rurais em uma nova articulação que, ao se desenvolver, desloca a contradição cidade/campo e propõe uma nova contradição: centro/periferia. ” (CARLOS, 2007, p.107)

A disposição espacial da população entre as áreas mais ricas e pobres, separadas pela estrada, não é suficiente para compreender a segregação espacial. Muitos moradores se mudaram para vales mais afastados do Matutu, e outros até foram para áreas metropolitanas fugindo da especulação da região e das dificuldades impostas ao cultivo pelas leis ambientais.

A questão ambiental merece destaque por ser o discurso que move não apenas o ecoturismo como também promove um entrave aos costumes da agricultura de subsistência. O que nos faz necessário estudar as suas origens.

2.1 Desenvolvimento sustentável

Santana (2008) retoma a história do ambientalismo para compreender a indústria do ecoturismo. Os autores Alphandéry, Biton e Duport são responsáveis pelo termo “sensibilidade ecológica”, que iria contrapor uma visão de vida urbana deteriorada com uma alternativa ao futuro catastrófico alimentado pelas teorias do aquecimento global.

A “sensibilidade ecológica” empregou uma nova cara ao mundo dos negócios. A partir de uma visão que constata um antagonismo entre economia e meio ambiente, defendida pela IUCM – The World Conservation Union, argumentam em prol de uma mediação deste conflito: o desenvolvimento sustentável.

A história do termo é contada por Santana:

“Segundo Barbieri, esta expressão surge pela primeira vez no documento ‘World Conservation Strategy’ de autoria da IUCN e do World Wildlife Fund (que é atualmente o WWF) em 1980. Mas foi com o relatório “Nosso futuro comum”, realizado em 1987 pela Comissão Brundtland, formada por decisão da Assembleia Geral da ONU em 1983, que os objetivos e princípios formulados para o título de “desenvolvimento sustentável” foram disseminados. Este constitui o que Arlete Rodrigues sugere como sendo uma das mais influentes bases disseminadoras e formadoras do chamado discurso ecológico” (SANTANA, 2008. p.22)

Entre os negócios que se beneficiaram com o discurso ecológico, podemos dizer certamente que um deles é o turismo. A partir dos anos 80 o turismo ganha aproximação com a ecologia, surgindo o ecoturismo. A definição é utilizada pela IUCM.

Santana destaca, a partir dos estudos de Roberto Mourão, o termo “ecoportunismo”. A oportunidade dos negócios reside em uma possibilidade de dar novos significados a regiões até então com outra funcionalidade na reprodução do capital, ou que funcionavam como áreas não totalmente integradas ao processo de valorização. O turismo ecológico apresenta um novo dinamismo econômico com peculiaridades próprias no que diz respeito ao investimento no espaço: basta apenas se apropriar do espaço natural. Qualquer montanha, floresta, praia e outras paisagens de beleza cênica se mostram como uma região potencialmente lucrativa apenas com um fluxo de visitação. O que justifica a criação de restaurantes, pousadas, campings, hotéis, guias etc.

O que não costuma ser pautado no discurso do desenvolvimento sustentável é o conflito das comunidades tradicionais com o novo significado do espaço empregado pelo ecoturismo. Pelo lado institucional costuma-se advogar que a atividade promove o desenvolvimento econômico, sem atentar para a apropriação do capital valorizado no espaço ressignificado. As novas leis ambientais, na prática de sua execução, passam a limitar os costumes das populações tradicionais. Direcionando-as para a venda de sua força de trabalho, uma vez que se tem consolidado um contingente considerável de expropriados de seus meios de sobrevivência. Este conflito é maquiado pela positivação do discurso do desenvolvimento sustentável.

Para Diegues (1994) ocorre o que chama de neo mito da natureza intocada. É um fenômeno essencialmente de origem urbana, que idealiza uma natureza intocada e selvagem. O que nos remete ao fato de que às transformações de Aiuruoca estão diretamente ligadas com a metrópole. O estudo do autor apresenta que a idealização é

presente na concepção da criação das Unidades de Conservação, onde qualquer ação humana, mais especificamente os atos que compõem a vida de comunidades tradicionais, colocam em risco a existência da natureza.

Quanto ao caráter urbano do fenômeno podemos destacar a intencionalidade econômica de ressignificar a região em prol do turismo, e que tal atividade enquanto modalidade do lazer programado (LEFEBVRE, 1991), faz parte da urbanização da sociedade. A relação entre o turismo e o lazer programado será objeto de análise em outro momento da pesquisa.

2.2 O desenvolvimento sustentável no Vale do Matutu

Destacaremos agora a atuação política do grupo que mora no vale do Matutu, na região que foi loteada pelo Guilherme de Melo França. Os moradores se organizaram em diversas instituições para atuar na preservação ambiental, na promoção do turismo e também na regulamentação de cunho residencial. Esta forma de organização é expressão do que Lefebvre (1999) atenta para o significado da normatização, sendo a escrita e o planejamento a linguagem da cidade. Não por coincidência esses moradores vieram dos grandes centros urbanos, muitos com ensino superior completo.

Outro elemento que podemos destacar da origem citadina destes moradores, é o fato de que são mais inseridos na lógica da vida monetarizada, processo com menor dinâmica na vida dos moradores antigos vinculados à agricultura de subsistência. Deste modo, a normatização da região iria extrapolar as questões residenciais, articulando os elementos do ecoportunismo do desenvolvimento sustentável.

Com base nestes princípios fundaram em 1995 a Fundação Matutu, que passou a atuar conjuntamente com instituições que articulam a preservação ambiental com o ecoturismo. Em projeto protagonizado pela Fundação Matutu, é possível localizar melhor seu histórico de ação e princípios:

“A Fundação Matutu tem por missão desenvolver e apoiar novos modelos de vida onde aspectos de cooperação social, desenvolvimento sustentável e conservação dos recursos naturais se conciliem, resultando em assentamentos humanos integrados à Natureza e solidariamente responsáveis. Ao longo dos anos, a Fundação estabeleceu uma estratégia de atuar localmente na micro bacia do Ribeirão da Água Preta e a partir da Reserva Natural Matutu, área sobre sua proteção, para ampliar em círculos concêntricos seu trabalho, abrangendo a sub-bacia hidrográfica do Rio Aiuruoca, o Parque Estadual da Serra do Papagaio, a APA da Serra da Mantiqueira até atingir a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, área reconhecida pela

UNESCO e que conta com zona núcleo nas montanhas da Reserva Matutu.

A Fundação foi criada por uma comunidade de migrantes urbanos que habita há 18 anos na Serra do Papagaio, município de Aiuruoca, e vem se instalando na região trazendo várias habilidades e técnicas e buscando parcerias com a população local que tem na pecuária leiteira e agricultura de subsistência sua base econômica. A proposta dos membros da comunidade é o convívio harmônico com os ecossistemas silvestres, o desenvolvimento de uma economia local e um contínuo processo de aprendizagem. O enfoque educacional é predominante em nossa experiência e engloba aspectos ecológicos, agrícolas, científicos, cooperativistas, éticos, artísticos e espirituais. Ao longo desses anos de instalação na Serra do Papagaio, a comunidade proveu uma escola, desenvolveu uma arquitetura de baixo custo e integrada à paisagem, reflorestou bosques de araucárias e outras árvores nativas na área residencial e de entorno da Reserva, incubou iniciativas associativistas, o resgate de técnicas tradicionais de artesanato, gerou empregos e contribuiu para o desenvolvimento turístico do município de Aiuruoca.”

Na descrição da fundação nota-se a utilização do discurso do desenvolvimento sustentável como forma de harmonizar o convívio na região. O documento romantiza as relações com os moradores antigos, não expõe os conflitos surgidos pela apropriação do espaço, como o impedimento ao acesso de algumas cachoeiras do loteamento do Matutu. Nota-se também uma naturalização do aspecto econômico, como se o modelo do ecoturismo e da preservação fosse uma saída com ganhos para todos os envolvidos, não consta que o processo de especulação imobiliária crescente na região se relaciona com fragmentação e apropriação da propriedade da terra, como também a compra do lote só foi possível com o acúmulo de capital a partir de formas predatórias do espaço natural, já que a riqueza do grande proprietário de terra, Guilherme Mello de França, veio da produção em larga escala do café.

Em 2003, a Fundação Matutu elaborou o projeto nominado de “Fortalecimento da Gestão Participativa na APA Mantiqueira”, a fim de adquirir recursos junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA. O projeto contou com a parceria das seguintes instituições: Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Divisão de Sensoriamento Remoto (DSR) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Sócio Ambiental (ISA), Fundação SOS Mata Atlântica, Parque Estadual de Campos do Jordão (SMA-SP), Parque Nacional do Itatiaia (IBAMA), Floresta Nacional de Passa Quatro (IBAMA).

A relação do turismo com o desenvolvimento sustentável aparece do seguinte modo no projeto:

“[...] A capacitação de monitores ambientais voltados para o ecoturismo, a promoção de outros cursos como papel reciclado, teatro, coral, pintura e dança e a realização de eventos culturais como a Semana da Primavera são impulsos que a Fundação procura manter constantemente voltados para a preparação cultural e profissional dos jovens.

A disponibilidade da Fundação Matutu em continuar atuando educacional, ecológica e economicamente na APA da Serra da Mantiqueira, nasce da constatação de que, apenas com alternativas aos modelos sociais vigentes, soluções participativas e parcerias entre o poder público e iniciativas de cidadania será possível vencer o desafio da sustentabilidade. [...] A AMA Matutu, embora criada na mesma época da Fundação, recebeu aportes de voluntários da Fundação para manter suas atividades de ordenar o ecoturismo local e dar informações aos visitantes e moradores. Vem tendo representação nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CODEMA) e de Turismo (CONTUR) e no recém-formado Conselho Consultivo da APA. ”

Entre as ações recentes da AMA Matutu, com enfoque maior no turismo que a Fundação Matutu, foi de se mobilizar pela melhoria das estradas que afetaram o fluxo turístico no período de carnaval, período de forte pluviosidade.

Até aqui foi possível ver a incorporação da zona rural de Aiuruoca no tecido urbano a partir da articulação do nível social com o econômico. A chegada dos novos migrantes urbanos, que trouxeram novas relações espaciais e cotidianas, aferiu também uma visão empresarial na região para a valorização do capital. Porém a explicação da transformação da zona rural de Aiuruoca não se explica apenas por estes níveis, neste caso ocorreu também uma relação com o nível do político, a partir da ação do Estado.

O plano diretor de Aiuruoca foi elaborado em 2007, e também trata do desenvolvimento do turismo, para isso foi concebido com extensa legislação no âmbito da questão, aqui destacamos algumas delas:

O artigo 14, sobre a integração regional de Aiuruoca, entende como objetivos permanentes a utilização sustentável do meio ambiente e o ecoturismo.

Estabelece o zoneamento do município com quatro classes de macrozonas:

Zona Urbana, Zonas de Empreendimentos, Zona Rural Agrícola e Zona Rural Turística as quais devem figurar no Mapa de Macrozoneamento do Município. No estudo em questão nos é pertinente a definição da Zona Rural Turística:

“Compreende as áreas, cuja caracterização as direciona para sua utilização pelo ecoturismo, abrigando pousadas, hotéis, “spas”, “resorts”, restaurantes, parques de atrações naturais e similares, podendo ser objeto de parcelamento em chácaras, desde que respeitado o módulo rural mínimo de 30 (trinta) mil metros quadrados e uma taxa de ocupação dos terrenos inferior a 40% (quarenta por cento) da gleba total e das glebas individuais, no sentido de manter a sua identidade rural. Nos chacreamentos podem desenvolver-se a horticultura, a fruticultura, a floricultura, a apicultura, a criação de pequenos animais, o extrativismo, o repouso e o lazer individualizado, com vistas à diversificação da atividade econômica e o bem estar do cidadão do Município. Grande parte desta Zona se sobrepõe com a APA Mantiqueira, devendo também considerar a legislação que a ela se aplica. ”

A Zona Rural Turística contém elementos para compreender que se trata de um tecido urbano. O tamanho da propriedade, como também as restrições quanto ao uso do espaço, dificultam a reprodução de alguns costumes tradicionais, como o pasto e plantio de milho e feijão, característicos da agricultura de subsistência da região. O incentivo por parte do Estado ao “repouso e lazer individualizado” dialogam com uma relação cotidiana comum à realidade metropolitana.

Deve-se notar que o plano diretor faz referência a APA Mantiqueira, que será retomada mais tarde na exposição sobre a legislação ambiental.

Além do zoneamento, o turismo também aparece no capítulo II da política municipal de desenvolvimento econômico, onde prioriza a criação de “cadeias produtivas e comerciais que alimentam as necessidades de consumo desse turismo.”. E no capítulo IV, do Desenvolvimento da Agricultura determina atendimento ao turismo internacional.

Por fim, o desenvolvimento do turismo é temática central do capítulo VII do plano diretor. Nele destacamos os artigos 71 e 72:

Art. 71: O desenvolvimento do turismo e sua verticalização, no Município, têm como objetivo: I. Planejar e promover a atividade turística ao Município integrante do Circuito Montanhas Mágicas da Mantiqueira, constituindo também uma derivação da Estrada Real, focalizando a sua atividade de turismo, particularmente nas suas vertentes do ecoturismo e

turismo rural, cultural e místico, transformando-a num componente ativo, propulsor de sua economia, da geração de renda e trabalho, atribuindo-se lhes valor e significados a serem oferecidos para a sua população e para os visitantes. II. Promover a aplicação dos resultados do inventário do potencial turístico do Município, da sua legislação sobre a atividade do turismo, elaborando um Programa estratégico e operacional para o seu desenvolvimento e exploração sustentáveis. III. Elaborar e propor uma legislação ambiental que dê suporte e regulamente o ecoturismo e o turismo rural e sua prática, no sentido de garantir a preservação de seu patrimônio natural e edificado, em simultaneidade. IV. Qualificar, mediante atração e desenvolvimento interno, o Município com agentes técnicos (guias e operadores), empresariais e empreendimentos (atrações, hotéis, restaurantes, etc.) que lhe atribuam uma estrutura adequada, de qualidade, para o exercício regular do turismo. V. Preparar um sistema de concessões e licenças de exploração dos sítios turísticos para licitação e acompanhamento por um organismo regulador designado pela Municipalidade. VI. Desenvolver uma estrutura de parques urbanos e rurais, com a APA Mantiqueira, com o Parque Estadual da Serra do Papagaio e outras, de modo a torná-la utilizável e atraente para os visitantes, locais e externos. VII. Organizar o Calendário de Eventos Turísticos, com edição anual, criando eventos regulares, incluindo naturalmente, os já consagrados – carnaval antecipado, festa da cidade, etc. VIII. Constituir circuitos de visitas guiadas a roteiros intra-Município. IX. Capacitar grupos funcionais para a oferta de turismo aos visitantes pelo Município, inclusive dotando-os de espaços para o trabalho receptivo, tanto na área urbana como nas agrovilas, ou em outros sítios de afluência em que sejam necessários. X. Incentivar a criação e produção, a instalação de atrações no Município destinadas ao turismo que apresentem e despertem o interesse por sua inovação, por sua qualidade e pela segurança. XI. Incluir no Programa Municipal de Desenvolvimento do Turismo, a mobilização e preparação da população para o turismo e para o turista, indicando-lhe as oportunidades e cuidados dessa atividade que modifica, de modo marcante, o *modus vivendi* existente na (s) comunidade (s). XII. Preparar e executar, progressiva e gradualmente, um Programa de Investimentos para obras de infraestrutura, serviços e segurança, voltados aos sítios turísticos, passando a disponibilizá-los ao público, apenas quando as condições mínimas, já tiverem sido executadas e atendidas. XIII. Promover um amplo sistema de relacionamentos e parcerias, com a participação da iniciativa privada, programas estaduais e federais e organizações não governamentais, particularmente endereçado à realização dos investimentos necessários ao desenvolvimento do turismo no Município. XIV. Avaliar os impactos e equacionar as demandas nos serviços públicos urbanos, para o turismo.

O artigo 71 faz menção ao circuito turístico das Montanhas Mágicas da Mantiqueira e da Estrada Real, procurando articular Aiuruoca com um contexto mais amplo e integrado do consumo do espaço. Nota-se a presença do discurso do contato com o místico, cultural e natural como forma de desenvolvimentismo. O artigo estabelece também a imposição de leis ambientais que favoreçam o ecoturismo, assim como o incentivo ao investimento privado na rede de hotéis e agências de passeios. Por estes mecanismos que o nível do político confirma a tendência de expansão do tecido urbano na região.

Art. 72: Integram a Política de Desenvolvimento do Turismo do Município de Aiuruoca: I. Estruturar Circuitos, Programas, Eventos e todas as atividades de Turismo do Município nas suas manifestações variadas, tornando-as objeto de programas mercadológicos, uma vez consideradas aptas e prontas para o exercício do turismo. II. Mobilizar a sociedade local e externa relacionada, para aplicarem e levarem a frente o Programa de Desenvolvimento do Turismo de Aiuruoca. III. Administrar as obras e empreendimentos de qualificação dos sítios e circuitos para o turismo. IV. Organizar operações casadas do turismo de Aiuruoca com outras localidades vizinhas, ou remotas, constituindo pacotes de alto interesse que criem alternativas de permanência mais longas para os visitantes / turistas. V. Desenvolver ações para a atração de investidores e empreendedores, assim como o acesso a linhas de financiamento, para a implementação do turismo no Município. VI. Incluir na programação turística a prática dos esportes tanto convencionais, fazendo uso da infraestrutura municipal, como eventualmente radicais, que exijam projetos específicos, observando-se em ambos as orientações estabelecidas nos objetivos. VII. Estimular a indústria de produtos e os serviços para atender e valorizar a atividade do turismo no Município. VIII. Instalar o mobiliário urbano básico para o atendimento ao turismo e turista: estacionamentos, sanitários, postos de informação, áreas de descanso e alimentação, coleta de resíduos, sinalizações e outros. IX. Incentivar a multiplicação de atrações e serviços para os turistas, regulando e fiscalizando os seus preços, para que se mantenham acessíveis para os turistas e para a população residente. X. Preparar um Programa especial dos aspectos de segurança e resíduos, em todas as suas manifestações, formulando soluções globais para o Município e seu território. XI. Construir, mediante concursos públicos, um Sistema Simbólico, com múltiplas faces, para Aiuruoca vender ao turista. Esse Sistema abrange desde estátuas e monumentos públicos a comidas típicas, logos e marcas, mensagens, etc.

XII. Desenvolver um conjunto de atrações rurais envolvendo pousadas, hotéis- fazenda e fazenda-hotéis, cavalgadas, pescueiros, campismo, alpinismo, “rapel”, “trekking”, vôos

controlados e outros que integram o turismo rural e o ecoturismo. XIII. Outras áreas de turismo como o cultural e de eventos, de saúde, de educação, entre outros, e devem crescer e se desenvolver, em médio prazo. ”

Neste artigo, o Estado se propõe, de forma mais específica, a incentivar o investimento privado no mercado turístico, como também se compromete a realizar a implementação de equipamentos urbanos para o atendimento deste mercado, como a construção de estacionamentos, sanitários, postos de informação (já funciona um no trecho urbano de Aiuruoca) entre outros.

A legislação que pudemos observar no plano diretor, no que diz respeito ao turismo, nos permite localizar a busca de um constante diálogo entre o desenvolvimento da atividade turística e os princípios da sustentabilidade. Tudo que integra a região, desde as tradições antigas, como as festas e comidas típicas, até os equipamentos públicos são inseridos na lógica de “venda” ao turista. Apresenta ainda uma diversificada tipificação de turismo, com a intencionalidade de buscar uma variedade de consumidores, que se expressa desde as calmarias dos retiros espirituais e spas até os esportes radicais como o “rapel”.

Apesar de diferentes modalidades de turismo, todas elas possuem dois pontos comuns: A mercantilização do espaço e a preservação ambiental.

A preservação ambiental agrega ao espaço o idealismo de retorno a natureza, cria-se uma ilusão de algo distante da realidade urbana. Mas como vimos, a região passou por intenso processo de normatização, revelando o caráter da planificação do urbanismo; enquanto que o próprio mercado consumidor se constitui a partir da contradição da urbanização: o contato com a natureza é expropriado no modo de vida citadino, alimenta-se a necessidade do regresso deste contato e o mesmo apenas se concretiza com o consumo do espaço, o ecoturismo. Santana (2008. p.14) diz que por conta deste caráter, que Lefebvre classifica de ser ao mesmo tempo nostálgico e utópico, faz com que o ecoturista seja principalmente o habitante da cidade, onde a natureza intocada não existe mais.

Os fundamentos do consumismo que são presentes na demanda turística serão objeto de futura análise, mas no momento acatemos a percepção de que o ecoturismo se insere na religiosidade do consumo, ou no que André Granou (1975) denomina de reino da mercadoria.

O diálogo entre a mercantilização do espaço e a preservação ambiental produz também um tipo de turismo de certa peculiaridade: o turismo religioso.

O grupo do Santo Daime, outros retiros espirituais e a Sociedade Brasileira de Eubiose, sustentam a ideia de que Aiuruoca se trata de um lugar sagrado. Evidentemente não cabe aqui discutir a veracidade das crenças, mas nos cabe localizar o discurso, com intencionalidade ou não, na lógica da mercadoria.

Trata-se de um conflito no espaço: O grupo do Daime se instalou na região loteada do vale do Matutu pelo Guilherme França de Mello, e também no mesmo vale existem ao menos dois retiros espirituais. Já o grupo de eubiose e outros de ideia semelhante trabalham com a comercialização de cristais, com sede tanto na cidade de Aiuruoca como na de São Paulo. Ou seja, todas elas se relacionam com ressignificação do espaço o que inclui a fluxo de evasão dos moradores antigos. Isto porque o discurso religioso se relaciona com o mito da natureza intocada, elevar o espaço à uma condição de sagrado coloca a vida da subsistência em um polo antagônico, já que ações danosas à natureza passam a ser não só ilegais como uma ofensa à região sagrada. O mito de um lugar de paraíso natural e sobrenatural leva consequentemente também a uma intensificação da especulação imobiliária. O próprio grupo social que integra estas crenças são pessoas de origem urbana com um maior poder aquisitivo, de modo que a venda de terras por parte dos moradores antigos seja catalisada por estas ofertas.

Novamente a questão ambiental reaparece, pois se os costumes agropastoris são conflitantes com as visões catastróficas do aquecimento global, o que dizer então se danificam uma região sagrada.

Não se advoga aqui por negligenciar a problemática ambiental, pois de fato grande parte da vegetação, incluindo as florestas de araucárias, foram suprimidas ao longo das décadas em que a região se caracterizava apenas pela agricultura de subsistência. Mas sim o questionamento de tratar a questão no âmbito criminal, o que na prática ocorre a criminalização da pobreza, já que os costumes antigos eram questão de sobrevivência, como a limpeza do terreno, que segundo os entrevistados, passou a ser limitada e fiscalizada, prejudicando o plantio de culturas tradicionais.

Junto com a restauração florestal de áreas nos Vales da Pedra e do Matutu teve o aumento do surgimento das pousadas, chácaras e os retiros. Enquanto que se iniciou a migração dos moradores antigos. Mas, como vimos nas entrevistas, alguns

retornaram para Aiuruoca e acharam meios de permanecer na região, do mesmo modo que os que resistiram ao processo de valorização das terras.

Neste caso, foi o próprio turismo responsável pela permanência destes moradores. A criação da Associação dos Moradores do Vale da Pedra promoveu a organização política dos moradores antigos, que por um lado procuraram dialogar com os órgãos ambientais a respeito de suas tradições agropastoris, no sentido de não se fazer desaparecer por completo. E por outro a sua inserção no mercado turístico. Na sede da associação realizam venda de seus produtos, como o queijo e a cachaça.

O presidente da Associação, Odilon que administra um camping no Vale da Pedra diz que os objetivos do grupo diferem da AMA- Matutu (associação que organiza o turismo no Vale do Matutu) em alguns aspectos. Reconhece que existe uma problemática ambiental, e que o turismo pode ser uma alternativa de adquirir os meios de permanecer na região, mas advoga pela permanência de alguns costumes agropastoris. Neste sentido a Associação dos Moradores do Vale da Pedra procura mais uma mediação com os órgãos ambientais do que ações conjuntas, como o caso da AMA Matutu. Odilon diz que a visão de turismo da associação olha também para um mercado menos elitizado, enquanto que no Matutu foi proibido a criação de campings.

Também ocorreu a remoção de placas que indicavam o caminho para o Pedra do Papagaio (trilha de difícil acesso), segundo Odilon a remoção foi feita em fiscalização conjunta de representantes da AMA Matutu e da administração do Parque Estadual da Serra do Papagaio. Esse fato ilustra um dos lados da apropriação do lugar, uma vez que os serviços de passeios guiados têm crescido na região e o Pedra do Papagaio costuma receber bastante procura. A remoção de placas aparece como uma tentativa de impedir a chegada no cume sem o serviço de guia, embora muitas pessoas subiram antes de existir a sinalização e continuam subindo com a ajuda de indicações dos moradores locais. Alguns destes moradores também oferecem o serviço de guia, o que nos introduz à uma contradição da incorporação da região pelo tecido urbano.



Foto 6: Pedra do Papagaio vista do Camping do Odilon. Fonte: Tulio Candiottto

A Associação dos Moradores do Vale da Pedra nos mostra o outro lado da expansão do tecido urbano, que é do próprio turismo ser o mecanismo de reprodução das populações tradicionais da região. No trabalho de campo foi possível conversar com algumas destas pessoas que extraem renda deste mercado turístico, como é o caso do Bar do Ataíde, guias turísticos, Restaurante da Tia Iracy e do Roberto, que vive da produção de queijo. Além deles existem outras pessoas que permaneceram na região por conta deste mercado, mas que não foi possível localiza-los, mas existe também produção de cachaça e verduras orgânicas voltadas para atender o fluxo turístico cujos donos são moradores antigos.

2.3 Análise das legislações ambientais

A questão das migrações das populações, da permanência dela e da expansão do turismo na região tiveram a legislação ambiental como efeito catalisador. Na região existem três legislações ambientais presentes: APA³ da Mantiqueira de 1985 o Parque Estadual da Serra do Papagaio de 1998 e o Plano Diretor de 2007. Serão elas nosso presente objeto de estudo.

³ Segundo a Lei nº9985 de 2000 , que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SINUC, a Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais

O decreto nº91.304 de 3 de junho de 1985 cria a APA da Mantiqueira, abarcando um total de 24 municípios, entre eles Aiuruoca. O segundo artigo do decreto determina o objetivo de proteger e preservar:

“Parte de uma das maiores cadeias montanhosas do sudeste brasileiro; a flora endêmica e andina; os remanescentes dos bosques de araucária; a continuidade da cobertura vegetal do espigão central e das manchas de vegetação primitiva; a vida selvagem, principalmente as espécies ameaçadas de extinção.”.

Relata-se que no projeto de fortalecimento da gestão participativa da APA Mantiqueira, a fundação Matutu aponta para um quadro precário da fiscalização por parte da Secretaria Especial do Meio Ambiente, responsável pela APA.

Anos mais tarde, em 1998, cria-se o Parque Estadual da Serra do Papagaio, de responsabilidade do Instituto Estadual de florestas – IEF. A área total do parque é de 22.917 hectares. A extensão do decreto é curta, pois possui o maior enfoque nos limites do parque. Quanto às normas do parque, estabelece-se pelo artigo 3º que ficam enquadradas no Regulamento dos Parques Estaduais, aprovado pelo Decreto n.º 21.724, de 23 de novembro de 1981.

Apesar do decreto do Parque Estadual da Serra do Papagaio se restringir ao logradouro, ele possui uma informação rica para o estudo de caso dos Vales da Pedra e do Matutu. O fato reside na variação da cota altimétrica. Parte do traçado do parque passa pela própria crista da serra, de altitudes superiores a 2 mil metros. A construção mais alta dos vales em questão é a casa de Guilherme de Melo França, o padrinho do Daime, nessa região o limite do parque passa pela cota altimétrica de 1700m, considerando legal a construção. Por outro lado, nas outras áreas dos vales, a cota altimétrica fica estabelecida em 1300m. Neste caso pode-se constatar o plano do político, o Estado, dando suporte para a apropriação do lugar por parte da elite econômica local.

Determina-se então que para as altitudes superiores a 1300m, para a maioria do vale, e 1700m, na região loteada por Guilherme de Melo França, ficam sujeitas ao Regulamento dos Parques Estaduais. Destaca-se nele o artigo 3º:

“Art. 3º - A criação de Parque Estadual tem por objetivo principal:

I - garantir a preservação e a intocabilidade dos ecossistemas naturais englobados;

II - possibilitar a realização de estudos, pesquisas e trabalhos de interesse científico;

III - oferecer condições para recreação, turismo e realização de atividades educativas e de conscientização ecológica. ”

Os objetivos principais estabelecidos pelo artigo direcionam o uso do espaço de forma diferenciada para as classes sociais. O incentivo do uso do Parque Estadual para trabalhos científicos é um outro caminho para a ressignificação do espaço. O entendimento de que não existe prática científica isenta de ideologia nos ajuda a compreender esta situação. As leis ambientais que vimos até aqui, se sustentam em análises do âmbito científico que idealizam a natureza intocável, não leva em conta a existência dos moradores tradicionais. A palavra de um biólogo vale como argumento de autoridade que dá suporte ao plano do político. Logo, o uso do Parque Estadual da Serra do Papagaio para fins científicos é uma forma de fortalecer a normatização da região.

Do mesmo modo que incentivar atividades turísticas, via decreto da criação do Parque, também promove um uso seletivo do espaço. Aqui o plano econômico e político se articulam para que a elitização no plano social fique mais viabilizado, já que é por meio do turismo que a região passou a se modificar para oportunidades ampliadas para a reprodução do capital.

Por outro lado, o primeiro objetivo principal do Parque Estadual da Serra do Papagaio garante a “preservação e intocabilidade dos ecossistemas”, fazendo agir a criminalização de outras atividades que não sejam científicas ou turísticas. Ambas não existiam na região até a chegada dos moradores de origem metropolitana, enquanto que a agricultura de subsistência sempre esteve presente desde as primeiras ocupações dos vales em questão.

Por fim, o Plano Diretor de 2007, possui uma seção voltada para as Áreas de Interesse Ambiental - AIA. O Artigo 46º estabelece suas diretrizes prevalecem sobre as demais zonas do plano diretor, diz ainda que” O Município poderá criar, em qualquer momento e através de lei específica, novas Áreas de Interesse Ambiental. ”, e que “Se, sobre uma mesma área, incidir mais de uma classificação de zoneamento prevalecerão os parâmetros mais restritivos. ”

As AIAs são de diferentes categorias, focam na proteção da vegetação, na ocupação das áreas com de topografia acidentada, e nos recursos hídricos, ou seja,

dá o pretexto jurídico para a intervenção quase que em qualquer área da zona rural. O plano diretor é recente, e quase que desconhecido por parte dos moradores antigos entrevistados. Embora a fiscalização ambiental já tenha atuado de outras maneiras sob os costumes tradicionais, o plano diretor aumenta de forma considerável as ações do plano político para a apropriação do espaço.

O 49º artigo mostra relação com a gestão participativa do Plano Diretor. O primeiro parágrafo estabelece o poder para as agrovilas desenvolverem propostas de zoneamento das micro bacias hidrográficas em que estão localizadas. Neste contexto está o projeto da fundação do Matutu de intensificar a preservação ambiental no Vale.

O que sabemos agora é que a área de estudo é objeto de intervenção de diversas leis de incentivo ao turismo e de preservação ambiental. Se na investigação da questão encontrou-se dificuldade em saber os limites precisos dos zoneamentos e de qual lei deve-se prevalecer em caso de atuarem no mesmo local. Imagina-se que para a população com pouca familiaridade com a linguagem jurídica e dos pressupostos científicos que fundamentam a legislação, a situação também deve parecer confusa.

Não por a caso, nas conversas com o presidente da Associação dos Moradores do Vale da Pedra, Odilon, ficou a impressão de que os costumes tradicionais que até então não tinham algum tipo de problema, de um momento para outro, se tornaram ilícitos. Os moradores passaram a ser abordados por diferentes fiscais, alguns dos entrevistados não sabiam dizer se eram do IBAMA, Secretaria Estadual do Meio Ambiente ou agentes municipais, algumas vezes apareciam acompanhados das lideranças do loteamento do Matutu.

As ameaças da criminalização por parte dos órgãos fiscalizadores e a falta de diálogo foram os motivos que levaram os moradores antigos a se articularem torno da associação para se fortalecerem politicamente.

Quando questionado sobre a especificidade das limitações impostas, relatou a mudança na limpeza do terreno. Ficou estabelecido que elas devem ser feitas com certa regularidade, uma vez que a limpeza deixa de ocorrer no período determinado, ela passa a ser ilícita. A justificativa era para que estas áreas, antes destinadas para o cultivo, passassem a ter a regeneração natural da vegetação. Tal fato trouxe dificuldade no cultivo de milho e feijão, em decorrência disto, teve uma maior organização dos moradores em torno da ademão (forma simplificada dos mutirões) para se ajudarem na limpeza do terreno.

O conflito entre os costumes agropastoris e a preservação ambiental revela um claro descompasso entre os que tomam as decisões e as que devem segui-las. Sendo assim, para analisar as planificações que passariam a ser vigentes nos vales da Pedra e do Matutu, devemos ter ciência da advertência que Lefebvre faz sobre o plano como argumento de autoridade:

“Cientificismo e positivismo fornecem excelentes temas de discurso, excelentes álibis que são opostos e se supõem: O pragmatismo, o funcionalismo e o ativismo operacional, de um lado, e, do outro, o abandono e a entrega dos problemas às mãos dos especialistas”. (LEFEBVRE, 1991, p.84)

O que podemos perceber da legislação é de que se baseia numa análise fragmentada e estática da realidade. Que se expressa por uma espécie de ideologia médica, onde as causas das doenças estão fielmente localizadas no espaço objeto de intervenção. Lefebvre retrata assim o urbanista e sua pretensão de tratar e curar uma sociedade doente, um “espaço patológico.” (LEFEBVRE, 1999).

Lefebvre aponta ainda para o fato de que a “perfeição imanente ao sistema como tal” (1999), se baseia na utopia tecnocrática e humanismo liberal, ou seja, a consequência é a ausência do estudo sobre a prática urbana. Para se preencher esse vazio, cabe aos urbanistas trabalhar com representações do espaço e da vida social. Observa-se o quanto um modo de vida é idealizado pelos planejadores, sem qualquer traço das dificuldades sociais vividas ali, empoderando o discurso ambiental que surge como autoexplicativo de qualquer intervenção no espaço.

As ações tomadas pela Fundação Matutu em parceria com as demais instituições estatais ambientais e com o município de Aiuruoca vieram a otimizar o mercado turístico crescente em Aiuruoca. Se o fim dos anos 70 era marcado pela compra de casas e terrenos de pessoas em fuga da vida citadina, os anos 90 se caracteriza pelo consumo do espaço. É a fuga momentânea da cidade como componente do cotidiano planejado. Essa otimização só seria possível com a relação mais próxima com o Estado, via as leis ambientais ou o próprio zoneamento do Plano Diretor que estipula infraestrutura para as áreas de desenvolvimento turístico (que inclui o Matutu e Vale da Pedra).

Os folhetos e publicidades de Aiuruoca se remetem a todo momento a natureza intocada ou a fama, criada pelos moradores de origem metropolitana, de que se trata de um local sagrado. Até mesmo os costumes dos moradores antigos são motivos de propaganda turística, o modo de vida “excêntrico” é comercializado na mesma lógica de um espaço natural raro. O conteúdo urbano também se expressa com a utilização

da estrutura das casas antigas, como o Casarão do Matutu, como sede de atendimento aos turistas. Esta publicidade comprova uma maior incorporação do espaço no circuito do valor de troca, sendo o principal motivo para a articulação dos planos sociais, político e econômicos na produção do espaço. O processo se consolida no próprio imaginário do turista, a mediação de sua realização se dá unicamente pelo consumo do espaço.

Constata-se que da maioria moradores mais recentes de Aiuruoca e dos turistas que lá frequentam são de origem das grandes metrópoles do Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Tal fato, inicialmente colabora para entender que a vida urbana se conecta com a sua ruptura sistemática via o lazer, onde o turismo encontra o seu lugar.

Carlos (2007) analisa o processo de ressignificação do espaço, apontando para a sua lógica regida pela indústria turística:

“A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer ilusório, onde o espaço se transforma em cenário, “espetáculo” para uma multidão amorfa através da criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão e, deste modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação. Esses dois processos apontam para o fato de que ao vender-se o espaço, produz-se a não-identidade e, com isso, o não-lugar, pois longe de se criar uma identidade produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida, dentro e fora da fábrica, dentro e fora do ambiente de trabalho, nos momentos de trabalho e de não-trabalho.” (CARLOS, 2007, p.64)

A autora revela que a ressignificação de espaço passa também pela produção do não-lugar e conseqüentemente pela sua crise de identidade. E nos mostra também a relação entre o turismo e o lazer programado, ambos conectados ao mundo do trabalho e ao giro de capital.

A questão espacial aparece então como central para compreender a incorporação dos bairros rurais de Aiuruoca no tecido urbano via a produção de um espaço ecoturístico. Mas ainda resta a compreensão da formação deste vasto mercado consumidor, para assim localizar os motivos que colocam o turismo como uma atividade rentável para a reprodução do capital. Os fundamentos desta modalidade de lazer irão nortear a pesquisa no sentido de elucidar a demanda turística.

Capítulo 3: Consumo, Lazer e Turismo

A observação da dinâmica econômica e organização espacial atual dos bairros estudados de Aiuruoca, nos permite dizer que a atividade turística tem impulsionado as mudanças ocorridas na região nas últimas décadas. O turismo como atividade econômica permite a constatação de que o processo de urbanização da sociedade se manifesta naquele local, e suas explicações se sustentam no modo de reprodução das relações sociais a partir da expansão e consolidação do que entendemos como consumo e lazer.

Tanto os moradores mais recentes como os turistas que frequentam Aiuruoca, na sua maioria, são moradores de grandes cidades. É a presença deles que se justifica uma maior inserção da zona rural no circuito da troca, da mercantilização do espaço. Este mercado consumidor explica o fato de que o estágio atual de Aiuruoca se relaciona diretamente com a existência da metrópole. Explica não apenas o momento atual, mas também o que pode vir a ser, já que a incorporação das zonas rurais pelo tecido urbano é uma tendência da urbanização da sociedade apontada por Lefebvre (1999).

A investigação sobre esta tendência se realiza no nível do cotidiano, já que é nele que as determinações do mundo do trabalho e do consumo se manifestam de maneira planejada em relação com a vida na cidade.

Neste sentido, pareceu necessário estudar a relação entre o turismo e a vida na metrópole, para entender como o plano do social, a urbanização da sociedade e o domínio sobre o cotidiano, interfere na realidade local de Aiuruoca.

O entendimento da dinâmica turística, por vezes, se prende apenas no argumento de autoridade do desenvolvimentismo econômico e na naturalização do turismo como atividade humana, não havendo assim problematizações. O discurso está presente em diversas esferas: publicidade, planejamento estatal e na própria academia.

Como caracterizar a dimensão analítica sobre o turismo? Lefebvre argumenta que a percepção do mundo se dá a partir de fragmentos de cultura, das ciências parcelares de “subsistemas” fragmentários.

“Os sistemas parciais de valores tendem a se transformar em sistemas de comunicação. Que têm eles a comunicar? Seus

próprios princípios de funcionamento, sua forma sem conteúdo. Os “**sistemas de valores**” que conservam uma substância aparente pressupostamente interditam o que eles abrangem. Sim, toda burocracia de Estado tem como ideal moral a honestidade, sobretudo a mais corruptora e mais corrompida.”. (LEFEBVRE, 1996, p.80)

No momento, tratemos a hipótese de que o turismo se sustenta em um “sistema de valores” (objeto de investigação futura do capítulo) que a partir da positivação do discurso desenvolvimentista se apresenta com caráter de neutralidade. A respeito da sutileza ideológica, Lefebvre escreve: “Hoje as ideologias mudaram; elas têm nome: funcionalismo, formalismo, estruturalismo, operacionalismo, cientificismo. Elas se apresentam como não-ideologias, misturando-se mais sutilmente que antes ao imaginário.”. (LEFEBVRE, 1996, p.81)

Colocada esta problemática, nota-se que a análise sobre o fenômeno turístico deve-se desviar das maquiagens das ideologias afim de compreendê-lo em uma dinâmica mais abrangente, a esta noção fica a advertência de Lefebvre: “o sistema – supondo-se que exista um – esconde-se embaixo dos subsistemas” (LEFEBVRE, 1996, p.80)

O estudo sobre o turismo pode ser abordado a partir de sua localização na história de nossa sociedade, os aspectos do consumismo se relacionam com as mudanças no modo de produção e modo de vida. O modo de vida é uma categoria analítica que permite evitar uma visão fragmentada e sem historicidade a respeito do turismo, Granou cita o estudo de Karel Kosik (*Dialectique du concret*, 1969), sobre o modo de vida visto como uma “totalidade concreta”. Mostrando a sua relação como “[...] produzida e reproduzida pelo próprio desenvolvimento do modo de produção”. (GRANOU, 1975, p.50).

O autor também destaca a importância deste estudo na obra marxista: “ [...] um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam a vida reflete exatamente aquilo que eles são. O que são, coincide com o que produzem, e tanto o que eles produzem como com a maneira pela qual eles o produzem. Aquilo que o indivíduo é, depende pois das condições materiais da sua produção (Marx, XIII, pág. 25, apud. GRANOU, 1975, p.50.)

Dado que o modo de vida interage com as relações de produção, é pertinente para o momento resgatar historicamente essa relação, para futuramente olhar para os mecanismos de sua reprodução.

André Granou diz que a divisão do trabalho, no seu estágio de desenvolvimento da expansão da industrialização, os meios de subsistência da classe trabalhadora provinham quase que na totalidade dos setores de produção dominados pela pequena produção comercial. Isto significa dizer que parte da troca entre o salário e os meios de subsistência ocorria distante da estrutura da divisão do trabalho da produção capitalista.

Em outras palavras, Granou diz que

“A sociedade capitalista contemporânea da grande indústria era assim o produto de uma organização social onde se misturavam formas de produção cada vez mais dominadas pelas relações capitalistas e formas de vida sociais ainda sob o domínio das relações herdadas da feudalidade” (GRANOU, 1975, p.47).

A isto acrescenta-se que o cotidiano do trabalhador não estava totalmente colonizado pela divisão social do trabalho nos seus momentos pós fábrica.

Por conta destes limites postos à reprodução do capital, Granou argumenta que a revolução nas forças produtivas não seria suficiente para o processo em questão, seria necessário revolucionar também o modo de reprodução da vida.

“Dissolver o antigo modo de vida e reconstituí-lo na base das relações capitalistas, impor aquilo a que se chamará “o reino da mercadoria”, que é em definitivo a condição do alargamento a toda sociedade das relações capitalistas, a condições para um novo lançamento (provisoriamente) durável da acumulação do capital. (GRANOU, 1975, p.48)

Para o autor, esta transição iria ser a causa do desenvolvimento das forças produtivas e de um novo padrão de reprodução da vida cotidiana, podendo nomeá-lo assim de sociedade de consumo

Granou diz que o suporte do consumismo passa pela mudança nas relações entre os homens e suas relações com os objetos. A produção de mais-valia passa a mediar tais relações, dando as condições necessárias para o “alargamento dos meios de produção” (GRANOU, 1975, p.51).

A realização dessas relações não deixa de ocorrer na escala temporal do cotidiano. O que nos permite dizer que não existe mudança profunda nas relações sociais sem que haja o mesmo com o modo de vida. O domínio desta escala de existência significa, no âmbito das aparências, uma noção de totalidade ocultada

numa lógica que, para Lefebvre, reproduz o mecanismo de produção-consumo-produção. “A cotidianidade se tornaria assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito, dissimulado sob os outros que o pensamento sistemático e a ação estruturante visam”. (LEFEBVRE, 1996, p.82)

A “perfeição” deste sistema consiste na totalidade que abrange o modo de vida, não seria possível se as insatisfações e desejos não fossem determinadas por uma espetacularização do consumismo no sentido de torna-lo única possibilidade de vivência. Lefebvre, em seu livro *Posição contra os Tecnocratas* diz que:

“Há cada vez mais o espetáculo uniforme da tecnicidade, e por conseguinte das simplificações puras e simples, que é oferecido (vendido) as pessoas mergulhadas no cotidiano. Nas telas do cinema e da televisão, assim como na “realidade”, o folclore e a tecnicidade se completam e se compensam alegremente, com um remetendo à outra inversamente. Desta forma, o espetáculo do mundo, os lazeres, o turismo, assumem suas estruturas aos nossos olhos. Seu campo de significações segue a lei de uma oposição pertinente: mortas nos museus e nas cidades antigas ou medievais: do outro lado: foguetes, mísseis, cidades científicas, instalações prodigiosas mas sempre idênticas. Entre os dois lados, o abandono e a ruína do cotidiano.” (LEFEBVRE, 1999, p.23)

André Granou, em outras palavras, também reflete sobre a questão a partir de suas observações sobre o modo de vida. O vê invadido pela vasta acumulação de mercadorias pelo desvio de consumo incessante. Uma nova lógica é imposta a produção de meios de produção, determinando o que o autor chama de “alargamento incessante da acumulação do capital.” (GRANOU, 1975, p.53).

Destaca também o papel midiático no sentido de homogeneizar um modo de comunicação, sendo a sua própria negação:

“[...] o que caracteriza as mídias de massa é, que eles são anti-mediadores, intransitivos, e fabricam a não comunicação. São o que proíbe a resposta para sempre, o que torna impossível todo processo de troca” (GRANOU, 1975, p.54).

O domínio do cotidiano parece, então, estar ligado com a luta de classes. Se em determinado momento da história o monopólio dos meios de produção era condição primordial para a produção de mais-valia, o controle sobre a comunicação se coloca tão importante quanto, já que possibilita incessantemente novos padrões de consumo.

As próprias insatisfações notadas pela luta de classes se tornam diluídas na totalidade do cotidiano. A crítica ao sistema se fragmenta na medida que o domínio do cotidiano preenche as novas noções de satisfação e necessidade.

O interesse de padronizar uma visão de mundo fragmentada em subsistemas, ocultando a existência de um único sistema, como foi dito, se relaciona com os interesses dos que possuem os meios de produção. Trata-se então de uma ideologia velada e reproduzida por certos agentes sociais, a respeito deles, Lefebvre escreve:

“O cotidiano depende daqueles que o dispõem e o programam, daqueles que organizam as modalidades de consumo, daqueles que **decidem**. Poderíamos dizer que essas dependências são inconscientes, se este termo não apresentasse um perigo. Uma ideologia do inconsciente, que se espalha hoje por intermédio do estruturalismo e da psicanálise, faz desse mesmo inconsciente o fundamento indestrutível e mesmo intocável da vida social.”. (LEFEBVRE, 1975, p25)

Lefebvre ilustra o papel do estruturalismo no ocultamento da ideologia que programa o consumo. A estrutura do consumismo agrega outros componentes à mercadoria, além do objeto em si, trata-se do consumidor se sentir inserido nos patamares cada vez mais restritos do espetáculo do próprio consumo. O mecanismo dessa espetacularização passa pelo conteúdo do valor de uso das mercadorias.

A organização das modalidades de consumo segue a uma lógica, que nas palavras de André Granou, necessitam de constante ressignificação do valor de uso:

“Os signos são apenas uma metamorfose do valor de uso que lhes serve de suporte. O que já fora dito no processo do valor de troca (na divisão salário-lucro), na produção de signos vai repeti-lo <<em ideia>> enquanto ritual e moral que rege o próprio uso de valores de uso: conforme se é proletário ou burguês assim se adquire alimentação e carro diferentes e ainda mais diferente será se se tratar do consumo do tempo gasto com a televisão ou lazeres. Onde a acumulação de capital requer a abundância dos valores de uso, os signos uma vez mais colocam cada um no seu lugar: a abundância real. O luxo, o supérfluo para alguns; a insuficiência quantitativa, a estandardização de (o acesso ao) consumo que o capital queria impor aos trabalhadores como normas de liberdade, de igualdade e fraternidade, é apenas a aparência de uma nova aristocracia dos usos, de uma <<moral para o uso dos escravos>>.”. (GRANOU, 1975, p.56-57)

A produção de signos assegura o espetáculo do consumo, para o autor o processo se coloca como condição para a reprodução de capital, uma vez que o um “novo ritual e nova moral”, apareça como ordem social.

A linguagem utilizada nos meios de comunicação permite uma vida longa à produção de signos, o sentido da publicidade é de vender o consumo como ritual de moralidade em detrimento ao valor de uso. Este conflito está presente na argumentação de Lefebvre a respeito da dualidade que a publicidade produz:

“[...] o duplo valor como objeto (valor de uso) e como mercadoria (valor de troca), organizado cuidadosamente a confusão entre esses “valores” em proveito do segundo deles.”. (LEFEBVRE, 1996, p.117)

Trata-se então de um processo alienante, que para Granou se expressa numa constante insatisfação e totalitarismo. Para o autor, a realização vendida no ato de consumir é a aparência de um real processo de despersonalização, ocorre apenas a apropriação de “imagens-objetos” diferentes em detrimento do uso deles.

Ainda sobre as contradições do consumo, a visão de um “refinado totalitarismo” caminha com uma filosofia geral da sociedade ilustrada por Lefebvre, que coloca a satisfação como argumento legitimador desta sociedade. A satisfação, porém, aparece obscura diante da confusão que reina sobre as necessidades. Para o autor elas oscilam entre a satisfação e a insatisfação a partir da planificação do consumo. Desse modo a publicidade determina também a satisfação criada pelos objetos. (LEFEBVRE, 1996, p.89)

Não fosse o bastante, o consumo dos objetos é o meio do consumo dos signos, essa condição faz Lefebvre argumentar que

“O ato de consumir é um ato real (sendo o próprio “real” dividido em pressões e apropriações”. Ele adquire então um aspecto metafórico (a felicidade em cada bocado, em cada erosão do objeto) e metonímico (todo consumo e toda felicidade de consumir em cada objeto em cada ato) ”. (LEFEBVRE, 1996, p.100)

O consumismo é permitido conforme o cotidiano espelha a produção fabril, o domínio dele afasta a clareza do indivíduo sobre a sua própria condição, que é a cotidianidade.

Se o consumo dos objetos agora está conectado a um modo de vida, inserido no “reino da mercadoria” ou na cotidianidade, o que pensar dos momentos de lazer na sociedade moderna? Seria ele um escapismo do mundo do trabalho ou também está subjugado aos moldes da mercadoria?

Como foi visto, para André Granou foi necessária uma transformação no modo de vida para que a produtividade em larga escala tivesse vida longa, o suporte para o fenômeno tem sua razão no papel dos signos em dar outros sentidos ao valor de uso da mercadoria. Lefebvre também reconhece a importância da compreensão do modo de vida, o autor estabelece a relação entre a cotidianidade e a espetacularização do consumo, onde produção fabril tem como necessidade colonizar todo o ritmo da vida, o que não escapa o lazer.

Deste modo, vemos o lazer como condição da reprodução do capital, o que consequentemente nos direciona o olhar para as contradições da atividade. Entre elas, coloca-se a questão de a quem pertence o lazer. Sobre este dilema, Granou escreve:

“Hoje, o lazer, é fundamentalmente uma atividade separada, isolada, estranha tanto ao trabalho como à vida familiar ou à vida social. É o que fazemos quando nos “evadimos”. Mas, da mesma maneira, esta atividade nem é “livre” nem “gratuita”. Ela é pelo contrário ocasião para um sobre-isolamento e um sobreconsumo. O “seu” lazer, outros pensaram por si, e tudo previram. As “suas” aldeias para passar férias, os “seus” parques para campismo, os “seus” equipamentos, as “suas” refeições...até as “suas” atividades “culturais e recreativas”, os “lazer” dentro dos próprios lazeres. E esta produção de lazeres que só é feita para “vosso” prazer, é para os que possuem e controlam os meios de produção ocasião para uma produção de sobretrabalho que a venda (o preço das suas férias) realizara sob a forma de lucro. (...). A produção de lazeres não tem como objetivo uma produção de valores, ela é apenas o **suporte** de uma produção de valor de troca, de mais-valia.”. (GRANOU, 1975, p.52)

Se o lazer não pertence ao sujeito, e sim aos que controlam os meios de produção, como justificar a continuidade desta atividade? Vimos que o consumismo se sustenta também no processo de alienação que constitui o reino da mercadoria, onde as noções de satisfação e necessidade são confundidas no sentido de dar condições práticas para a reprodução de capital. A realização desta alienação tem como premissa a cotidianidade que engloba a sua própria ruptura (o escapismo), como momento de satisfação, à lógica produtiva.

Em outras palavras, Lefebvre argumenta a respeito dos fundamentos desta alienação do lazer:

“Os lazares programados não saem do âmbito do cotidiano. Um ruptura fictícia (imaginária-simbólica) entre o lazer e a cotidianeidade faz parte da disposição prévia dos lazares e oculta a unidade do “sistema”. Também esses lazares satisfazem necessidades. Ora, o que é a satisfação? A morte momentânea do desejo, estado eufórico que sucede o estado de insatisfação. O desejo só pode sobreviver aquém das satisfações e além das insatisfações, como doença, como espera. O mal-estar se prolonga sob o bem-estar, e a esperança sob o conforto.”. (LEFEBVRE, 1999, p.30)

A ilusão da ruptura entre o lazer e a lógica do cotidiano planejado nos permite retornar para a questão do turismo. O planejamento e valorização de várias áreas do globo terrestre são impulsionadas pela atividade em questão. Com o olhar de que a ruptura fictícia com o cotidiano é um fator que fortalece os laços do consumismo, o turismo aparece então, como ótima oportunidade para a valorização de capital.

O desenvolvimento do turismo depende de diversos fatores, passa pela relação entre a Academia e o planejamento estatal, tendo o desenvolvimentismo como argumentação única, e o suporte no mercado consumidor urbano de sede insaciável pela fuga do cotidiano, alimentado pela linguagem publicitária. Isto reforça a hipótese de que o turismo se trata de um subsistema, nos cabe assim, direcionar a análise dos fundamentos das relações sociais que a compõem, dentro da compreensão da sua relação com o lazer no consumismo. Pois é a partir desta relação que fica evidente o discurso que lhe dá suporte para ocultar o que seria o sistema: a lógica da mercadoria.

Para Lefebvre, são condições necessárias para a existência dos subsistemas:

“ (a) Atos, uma atividade (social) distinta, especificada; (b) organizações e instituições, estas legalizando aquelas, ao nível do Estado ou de outra instituição ligada ao Estado; (c) Textos que garantem a comunicação da atividade, *Linguagem de conotação* é o que os linguistas (Hjemslev, A.J. Greimas) chamam da análise sobre *corpus* e código explícito. ” (LEFEBVRE, 1996, p.109)

O enquadramento de uma região para a atividade turística se realiza via a planificação, isto porque a realidade local se relaciona agora com uma hierarquização, mundialmente conectada. É então via o plano que se impõe à região o seu lugar na ordem do consumo, traz com ela a lógica de estratificação social. Cada lugar passa a carregar o preceito da restrição no sentido de especular sua valorização.

Lefebvre busca a relação entre subsistema e moda nos estudos de R. R. Barthes *O sistema da moda*. A inserção do lugar na lógica turista de estratificação social implica profundas mudanças:

“Se torna subsistema ao perder seu antigo estatuto de produção local, artesanal e familiar, qualitativa, feita de receitas transmitidas oralmente – para se tornar atividade formalizada, especializada, matéria para tratados, guias “gastronômicos”, para uma hierarquia de lugares, de iguarias, pretexto de uma ritualização mundana (...) Turismo, à sua maneira, se erige em subsistema na chamada sociedade de consumo” (LEFEBVRE, 1996, p.109-10)

Embora a “ritualização mundana” ocorra de maneira explícita, a linguagem publicitária consegue impor a cada lugar o consumo de qualquer realização artificial, baseada na simulação do conteúdo do mesmo.

Lefebvre destaca os elementos presentes na linguagem publicitária que fortalecem uma visão de que existe um antagonismo na relação entre cotidiano e turismo. Assim argumenta o autor:

“A ruptura fictícia com o cotidiano levanta então um conflito essencial para a questão: A quem pertence o turismo? ’ O que está sendo consumido? Essas questões fundamentam uma crise de identidade tanto do lugar que está recebendo as pessoas, como estas que o visitam. Mas é justamente desta crise que a sede insaciável pelo consumo de novos lugares se apoia. O lugar turístico é apenas o espaço onde o turista consome a sua presença e as dos demais. Em decorrência disto, Lefebvre explica a “autodestruição do objeto e do objetivo: A cidade pitoresca, a região turística, o museu desaparece sob afluxo dos consumidores, que acabam consumindo apenas a sua própria presença e sua própria acumulação.”. (LEFEBVRE, 1996, p. 93)

Sendo o turismo um subsistema da sociedade de consumo, compreende-se a sua relação com a acumulação de capital e o seu papel na reprodução de um modo de vida, encarcerado na cotidianidade.

Por outro lado, a fragmentação do espaço sob a lógica do valor de troca, como resultado da incorporação da propriedade da terra no processo de acumulação de capital, restringe o uso do espaço e consequentemente favorece a incorporação do lazer no circuito da mercadoria, a própria cotidianidade.

A reprodução do cotidiano programado é um dos caminhos da urbanização da sociedade. Pois junto com a vida repetitiva e monótona, caminham a fragilidade das

noções de satisfação e necessidade. Desta angústia, conscientemente ou não, se alimenta uma das contradições mais presentes no imaginário turista: a falsa ruptura com a vida urbana. Ficam então ao alcance do capital diversas áreas do globo terrestre dispostas ao consumo do espaço e do próprio turista, onde ambos são produzidos como mercadoria.

A expansão do tecido urbano é um processo que está em andamento no espaço rural de Aiuruoca, o que dificulta a percepção da manifestação do mesmo. Porém, entre tantos elementos observados, destaca-se que tanto os moradores que se mudaram para a área rural de Aiuruoca nas últimas décadas, como os turistas que lá frequentam, são na sua maioria pessoas de origem das grandes metrópoles do Sudeste. É neste espaço, o metropolitano, que o cotidiano programado se manifesta de maneira mais intensa, alimentando também o desejo pela fuga da vida repetitiva. É neste contexto que se insere a ressignificação da área rural de Aiuruoca.

A área rural inserida na lógica produtiva do turismo coloca o consumo do espaço como mediação das novas relações sociais. A beleza cênica, a estrutura turística e a cultura tradicional dos moradores antigos são os elementos que constituem o atrativo para as pessoas das metrópoles que passam a incorporar no seu lazer o consumo do espaço turístico, uma ilusão da ruptura da cotidianidade.

Considerações finais

O estudo de caso da incorporação das zonas rurais de Aiuruoca no tecido urbano revelou a importância das contradições em torno do turismo. A atividade só conseguiu se fortalecer como potencialmente lucrativa com a sua relação com o modo de vida da cidade. As ilusões do lazer e do escapismo moldam um mercado consumidor onde a mercadoria em questão, o espaço turístico, se apresenta como uma grande disponibilidade de lugares ao seu alcance.

No caso de Aiuruoca nota-se um processo que se iniciou no fim da segunda metade do século XX e que nos últimos anos têm se intensificado. A maior procura pela compra de terras e o aumento de serviços ligados ao turismo e de visitantes comprovam esta tendência. Porém só foi possível o crescimento desta atividade em Aiuruoca uma vez que o espaço rural fosse incluído na lógica produtiva, do consumo em larga escala e a sua normatização, podendo-se dizer assim que foi iniciado o curso da produção do espaço.

Esta produção é perceptível a partir de sua análise em diferentes planos: o político, econômico e social, dando atenção também para as relações destes entre si.

A ação do Estado no sentido da produção do espaço se concentra nas determinações sobre o uso da terra. Incentiva o desenvolvimento do turismo enquanto criminaliza os costumes tradicionais da agricultura de subsistência da região. Neste ponto é importante ressaltar o poder do argumento de autoridade do discurso do desenvolvimento sustentável, onde a retórica de uma visão mítica da natureza intocável e do desenvolvimentismo econômico proporciona uma ilusão de um conflito entre a natureza e a agricultura de subsistência. Oferecendo ainda o investimento no turismo como a única possibilidade de uso da terra na região.

O poder de intervenção do Estado se justifica pela sua relação com o plano econômico. Como vimos no estudo de caso, a presença de uma nova elite econômica na região foi acompanhada de ações em conjunto com o plano político no sentido de viabilizar a intensificação das leis ambientais como o incentivo ao turismo. Possibilitando assim vender uma imagem de um lugar feito para esta atividade.

O plano social aparece como uma tendência geral da sociedade, da urbanização, que se manifesta tanto na vida dos moradores antigos como o que

estabelece o elo desta zona rural com a vida citadina. Os costumes tradicionais, como o mutirão e grandes festas, passam a ser diluídos diante das emigrações que ocorreram no fim do século passado, do mesmo modo que os mais jovens são menos apegados aos costumes tradicionais com a terra e são mais inseridos no mundo do consumo, favorecendo uma maior inserção das relações de trabalho assalariado. Antigamente, as grandes festividades da população antiga ocorriam como parte das relações sociais em torno da agricultura de subsistência, enquanto que o assalariado vive da ilusão do lazer e trabalho como realidades distantes. Não que as festas e mutirões tenham sumido por completo, mas pôde-se constatar que houve uma significativa redução como também uma incorporação de certos costumes na lógica do turismo. A Folia de Reis, que ocorre tradicionalmente todo 6 de janeiro, passou nos últimos anos a ter uma divulgação para além dos vales, sendo possível notar uma maior presença do público turista neste grande encontro.

Do ponto de vista da vida na metrópole a fragmentação dos momentos de trabalho e lazer, que se fortalece dialeticamente com a mercantilização do espaço, torna o turismo uma oportunidade de escapismo, mas como vimos, a evasão é ilusória já que está englobado pela cotidianidade.

A produção do espaço turístico confirma a expansão do tecido urbano nesta região, o processo, como não poderia deixar de ser, é acompanhado pelas contradições do capitalismo. A apropriação do lugar em razão de sua mercantilização, de torná-lo mercadoria, proporciona um novo significado para o espaço, sendo não mais compatível com o modo de vida da agricultura de subsistência. As consequências diretas na vida desta população registram-se pela quantidade de histórias de pessoas que emigraram por conta da especulação no mercado de terras como nos empecilhos gerados pela lei ambiental.

Por outro lado, a permanência desta população só se torna possível com ela cada vez mais vinculada com sua inserção na economia do turismo. Vimos que as atuações políticas da Associação dos Moradores do Vale da Pedra tentaram tanto enfrentar as novas imposições ambientais como fortalecer o atendimento ao fluxo turístico.

Bibliografia

AMA Matutu, planejamento e gestão sócio-ambiental do Matutu. Aiuruoca: 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

COSTA, José Pedro de Oliveira. *Aiuruoca: Vale do Matutu e Pedra do Papagaio*. São Paulo: EDUSP, 1987.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1994.

GRANOU, André. *Capitalismo e modo de vida*. Porto: Afrontamento, 1975.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *Posição: Contra os tecnocratas*. São Paulo: Nova Crítica, 1969.

SANTANA, Paola Verri de. *Ecoturismo: uma indústria sem chaminé?*. São Paulo: Labur Edições, 2008

Aiuroca. Lei nº2.210, de 2007. Dispõe sobre a política desenvolvimento e de expansão urbana do Município de Aiuruoca, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento e dá outras providências.

Brasil. Decreto nº91.304, de 3 de junho de 1985. Dispõe sobre a implantação da área de proteção ambiental nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, dá outras providências.

Minas Gerais. Decreto nº39.793, de 5 de agosto de 1998. Cria o Parque Estadual da Serra do Papagaio e declara de utilidade pública e de interesse social para fins de desapropriação de pleno domínio, terrenos e benfeitorias necessárias à sua implantação.

Minas Gerais. Decreto nº21.724, de 21 de novembro de 1981. Aprova o Regulamento dos Parques Estaduais.

Sítios eletrônicos

<https://fundacaomatutu.wordpress.com/> (visitado em agosto de 2014)

Entrevistas

Altino, entrevista concedida a Hugo Marroquini em maio de 2014.

Ferreira, entrevista concedida a Hugo Marroquini em maio de 2014.

Iracy, entrevista concedida a Hugo Marroquini em julho de 2014.

Lázaro, entrevista concedida a Hugo Marroquini em maio de 2014.

Odilon, entrevista concedida a Hugo Marroquini em julho de 2014

Sebastião, entrevista concedida a Hugo Marroquini em julho de 2014.

Thiago, entrevista concedida a Hugo Marroquini em maio de 2014